

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação das atividades do Senado Federal

Ano IV - Nº 641 - Brasília, terça-feira, 17 de fevereiro de 1998

Congresso reabre atividades. FHC reconhece os avanços

Presidente da República afirma, na mensagem, que nenhuma legislatura, exceto as constituintes, produziu tanto quanto a atual, em termos de amplitude e importância das modificações introduzidas no ordenamento jurídico do país



Clóvis Carvalho, Antonio Carlos Magalhães, Michel Temer e Paulo Paim na sessão solene de reabertura dos trabalhos do Legislativo

O presidente do Congresso Nacional, senador Antonio Carlos Magalhães, instalou ontem a 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 50ª Legislatura. Além de deputados e senadores, a sessão solene contou com a presença do presidente da Câmara, deputado Michel Temer, e do ministro da Casa Civil, Clóvis Carvalho, que trouxe mensagem do presidente da República. Nela, Fernando Henrique Cardoso afirma que nenhuma legislatura, exceto as constituintes, produziu tanto como a atual. Antonio Carlos, por sua vez, manifestou sua satisfação com o reconhecimento do trabalho do Legislativo, que, segundo ele, assegura melhores condições ao país. **Páginas 3, 4 e 5**

O *Jornal do Senado* não estará circulando no período de 18.02 a 02.03, intervalo que será utilizado para a realização de serviços de manutenção no equipamento gráfico. O *Jornal do Senado* volta a circular no dia 03.03.

Deputados e senadores aplaudem o reinício das atividades do Legislativo



Desde a intervenção, dívida do Beron cresceu 1.100%, o que leva o senador a pedir ao Ministério Público que estude a possibilidade de impetrar ação civil pública contra Banco Central, Caixa Econômica e governo do estado

Bianco: juros extorsivos quebram banco estadual

O senador José Bianco (PFL-RO) comunicou ao plenário ter encaminhado ao procurador-geral de Justiça de Rondônia, Ivo Scherer, documento indagando sobre a possibilidade de o Ministério Público impetrar ação civil pública contra o Banco Central, a Caixa Econômica Federal e o governo do estado. Isso porque, segundo o senador, a CEF tem cobrado juros extorsivos ao Banco do Estado de Ron-

dônia, o Beron, desde que este sofreu intervenção do BC em fevereiro de 1995.

José Bianco lembrou que, em recente pronunciamento, relatou a situação de endividamento do Beron e manifestou sua pretensão de "adotar o caminho judicial para impedir que o povo de Rondônia continue vítima deste verdadeiro assalto, contra o qual não se preocupa o governador do estado, pois não sairão de seu bolso os re-



Bianco: rombo será pago pelas próximas gerações

ursos para pagar o rombo, que será pago com o suado trabalho desta e das próximas gera-

ções de cidadãos rondonienses".

O caminho judicial, esclareceu, seria adotado se as diretorias do BC e da CEF não tomassem providências para reduzir, em pelo menos 50%, a taxa de juros que vem sendo cobrada do banco. Como nem a Caixa, nem o BC e nem o governo se manifestaram, o senador decidiu recorrer ao Ministério Público.

No documento ao procurador, José Bianco afirmou que em março de 1995, logo após a posse do

atual governador, o Beron tinha um "furo" de caixa de R\$ 21.496.695,00, "cujo saldo negativo foi crescendo mês a mês, alcançando em dezembro do ano passado a absurda soma de R\$ 226.862.940,00, quase onze vezes a mais ou um acréscimo de 1.100%".

O senador anexou cópia de planilha da diretoria do Beron, onde ficam confirmadas as denúncias que tem levantado "acerca do absurdo que ocorre nesses três anos em que o Banco vem sendo administrado pelo BC, a pedido do governador Valdir Raupp".

Bianco afirmou ainda que o Beron causou, em dezembro último, prejuízo diário de R\$ 312 mil, num total de R\$ 9 milhões e 400 mil, mais do que toda a arrecadação de todos os municípios do estado, à exceção de Porto Velho.



0800 - 612211

FALA, CIDADÃO

Nesta seção, o *Jornal do Senado* publica perguntas dirigidas aos senadores, abordando questões relevantes em debate no Congresso Nacional. Você pode participar telefonando para 0800-612211. A ligação é gratuita

Maria Neuma, de Brasília, e Ana Lúcia e Carlos Alberto Costa, do Rio de Janeiro, propõem a criação de um imposto sobre grandes fortunas. Comenta a sugestão o senador Eduardo Suplicy (PT-SP).



Suplicy: idéia não é inédita

Suplicy: Já existe um projeto em tramitação que visa à taxação das grandes fortunas. A proposta foi apresentada pelo então senador e atual presidente da República Fernando Henrique Cardoso, com a contribuição do deputado federal Roberto Campos que, à época, era senador.

O projeto está na Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados, onde recebeu parecer favorável da deputada Maria da Conceição Tavares, que acolheu algumas das emendas apresentadas à proposta.

O texto do parecer, que

ainda não foi apreciado pela comissão, estabelece que quem tem fortuna superior a 4 milhões de reais, passará a pagar, uma vez ao ano, de 0,1% a 0,7% sobre o valor desse patrimônio, conforme tabela progressiva constante do relatório. Mas o valor da própria casa, até o limite de 1/6 de 4 milhões de reais, será excluído do patrimônio para efeito de determinar a fortuna sujeita ao imposto. O valor correspondente aos bens necessários ao trabalho do contribuinte, como consultórios, no caso de médicos ou

dentistas, também será descontado do patrimônio para o cálculo do imposto, obedecido o mesmo limite de 1/6 sobre 4 milhões de reais.

Trata-se, portanto, de um imposto moderado, mas que contribuiria para a justiça social, na medida em que as pessoas com maior patrimônio e riqueza estariam colaborando mais para o governo realizar o que se faz necessário.

A cobrança desse imposto também proporcionaria maior equidade e uma distribuição mais justa da renda e da riqueza de um país, que ainda é um dos campeões mundiais da desigualdade econômica e social. É por essa razão que o Partido dos Trabalhadores defende maior celeridade na aprovação, pelo Congresso Nacional, desse imposto, previsto no artigo 153 da Constituição e que tem como seu autor o próprio presidente da República.

Saad sugere repensar a capital federal

Entrevistado pela TV Senado, o senador José Saad (PMDB-GO) acha que este é o momento de repensar Brasília, para evitar problemas comuns às grandes capitais. Na entrevista, Saad comenta a criação da Região Metropolitana do Distrito Federal e Entorno e revela suas experiências em 20 anos de vida pública.



Saad: entrevista à TV Senado

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
 1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
 2º Vice-Presidente: Júnia Marise
 1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
 2º Secretário: Carlos Patrocínio
 3º Secretário: Flaviano Melo
 4º Secretário: Lucídio Portella
 Suplentes de Secretário: Emilia Fernandes - Lúdio Coelho
 Joel de Hollanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
 Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita
 Diretor de Divulgação e Integração - Heival Rios
 Diretor do Jornal do Senado - Flávio de Mattos
 Diretor da Agência Senado - José do Carmo Andrade

www.senado.gov.br

Presidente do Senado observa que até o encerramento da primeira fase da sessão legislativa, em junho, o Congresso terá "quatro meses de trabalho intenso", podendo votar inúmeras propostas

Prioridade agora é regulamentar reformas

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, disse ontem que o Congresso não criará dificuldades para votar, ainda no primeiro semestre, as leis regulamentando as reformas constitucionais aprovadas na convocação extraordinária, mesmo se tratando de um ano eleitoral.

- Isso depende apenas dos

"quatro meses de trabalho intenso"; nesse período, a determinação nas duas Casas é de "votar o mais rápido possível". Julho é o mês do recesso constitucional, e em agosto e setembro, com os parlamentares intensamente engajados no processo eleitoral, o funcionamento do Legislativo será garantido por esquema de esforço concentrado, assinalou.

- É hipocrisia querer trabalho regular do Congresso em agosto e setembro, mas isso não nos impedirá de cumprir

com nosso dever - afirmou.

O presidente do Senado disse que o resultado positivo da convocação extraordinária é a melhor demonstração de que o Legislativo não faltará com seus deveres, votando todas as matérias com a rapidez necessária. Para Antonio Carlos, o governo pode ajudar muito se, além da antecipação do envio

da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), já prometida, apresentar, pelo menos até maio, o Orçamento da União.

Mesmo ressaltando que ainda não tem opinião definitiva a respeito do aumento do imposto sobre combustíveis, e também que não pode falar pelo PFL, o senador observou que "a hora não é boa para aumentar qualquer imposto", e prometeu estudar o assunto, para verificar se não é possível conseguir os recursos para a manutenção da malha rodoviária de outra fonte.

Quanto às declarações do ministro Ilmar Galvão, preocupado com as inaugurações feitas pelo presidente da República, Antonio Carlos lembrou que ainda não começou o período de vedação legal, e concluiu criticando a proibição: "É um preito à hipocrisia brasileira, pois bastaria mandar outro inaugurar, e visitar a obra no dia seguinte".

ACM: Excel traiu os interesses da Bahia

O presidente Antonio Carlos Magalhães afirmou ontem que considera "uma traição aos interesses baianos" a saída do Banco Excel do Nordeste. "Compreendo inclusive que os bancos estão fazendo enxugamento, mas enxugar num só local, é traição", disse.

Para o senador, o banco "tem deveres com a Bahia, que salvou o Excel em São Paulo". Ele lembrou que "o caso do Excel foi resolvido graças ao governo da Bahia e às lideranças baianas e se ele trai a confiança dos baianos, não é apenas um caso de remorso, é um caso de reação".

Indagado sobre qual a reação possível, o senador Antonio Carlos Magalhães disse:



Antonio Carlos rejeita traição se: "Eu, por exemplo, não tenho mais nem um depósito lá, nem um centavo". O senador é autor de proposta de emenda constitucional proibindo as empresas que receberem recursos do Proer de demitirem pessoal, mas a matéria não foi incluída na pauta da convocação extraordinária.

Antonio Carlos afirma que o governo pode ajudar muito se antecipar o envio da LDO e do Orçamento da União

governo. Se o governo mandar os projetos, nós vamos regulamentar. Tenho certeza disso. O problema é só o presidente mandar ou não mandar. Nós votaremos em tempo hábil - assegurou.

Antonio Carlos disse que até o encerramento da primeira fase da sessão legislativa, em junho, o Congresso terá

PERFIL

Elcio Alvares

Estudo do Diap destaca influência do líder do governo

Líder do governo no Senado, o senador Elcio Alvares (PFL-ES) é um dos parlamentares mais influentes do país. Foi o que revelou pesquisa exclusiva do Departamento Inter-sindical de Assessoria Parlamentar (Diap) divulgada no início do ano. Na série "Os Cabeças do Congresso Nacional", de 1997, o senador foi classificado pelo Diap como um parlamentar experiente, respeitado e assíduo aos trabalhos do plenário.

A mesma publicação destacou que Elcio Alvares tem atuado com muita competência na liderança do governo no Senado, onde o Poder Executivo ganhou todas as votações importantes até agora. Ressaltou ainda as quali-

dades de conciliador e articulador do político capixaba, principal operador das reformas da Constituição na Casa, segundo o órgão.

Advogado, jornalista e professor, Elcio Alvares foi governador do Espírito Santo (75-79), deputado federal por duas legislaturas e ministro da Indústria e Comércio na gestão Itamar Franco. Atualmente, além de líder do governo, o senador é membro das comissões de Infra-Estrutura e de Educação.

Elcio Alvares também já atuou em várias comissões parlamentares de inquérito, entre elas a CPI que investigou as denúncias contra Paulo César Farias e o então presidente Fernando Collor. De acordo com o Diap, Elcio Alvares foi um



Elcio Alvares: atuação exemplar em CPIs, nas comissões e no plenário

dos primeiros senadores governistas a apoiar as conclusões da CPI.

Elcio Alvares foi também presidente da comissão especial incumbida de apreciar o afastamento de Collor e da

CPI que apurou denúncias de irregularidades nos fundos de pensão de estatais e na Petrobrás. Presidiu ainda a CPI do Congresso destinada a estudar o problema do desequilíbrio econômico

inter-regional brasileiro.

Como relator, o senador capixaba atuou na CPI que investigou denúncias de corrupção na contratação de obras públicas e na comissão instituída para apreciar a negociação do pagamento dos juros da dívida externa.

Atento aos problemas de seu estado, o senador Elcio Alvares está atualmente empenhado em ver aprovada emenda da deputada Rita Camata (PMDB-ES), que inclui municípios do norte do Espírito Santo na área de incentivo da Sudene. O projeto, já aprovado pela Câmara dos Deputados, conta com parecer favorável do senador Francelino Pereira (PFL-MG).



No plenário, senadores e deputados acompanham a execução do *Hino Nacional* pela banda do Regimento de Cavalaria de Guarda

Instalada a 4ª Sessão Legislativa Ordinária

ACM: "Estou orgulhoso do Congresso"

Eis a íntegra do pronunciamento de Antonio Carlos:

Presidente Michel Temer, V. Exª, como eu, está muito feliz com a produção da Câmara dos Deputados. De minha parte, felicíssimo com o trabalho dos srs. senadores. Já temos, ambos, nas duas Casas, traduzido o sentimento do povo brasileiro em relação a essa produção nunca vista do Congresso Nacional. Se não bastasse isso, a introdução da mensagem do presidente Fernando Henrique Cardoso já espelhou o que aconteceu na Câmara e no Senado, não só na legislatura, mas sobretudo nesta convocação extraordinária. V. Exª está feliz com o êxito dos deputados e deputadas e nós, no Senado, extremamente orgulhosos do trabalho dos senadores e senadoras. Demonstramos a capacidade do político brasileiro nas horas em que o país precisa da sua atuação, fosse a Câmara ou o Senado. Foram demonstrações inequívocas em relação às reformas, que vêm desde 1995, e que estão se concluindo agora em ambas as Casas do Congresso e que vão oferecer condi-

ções para um novo país, e isso é importante. É importante, porque todos os candidatos que aqui estão à reeleição poderão chegar nas suas terras e demonstrar o que aqui fizeram de frente erguida, que trabalharam pelo povo, pelos estados, pela nação.

Estou orgulhoso do Congresso Nacional, como tenho certeza de que V. Exª está orgulhoso pela Câmara dos Deputados, e eu, de minha parte, pelo Senado Federal. Demos uma demonstração ao Brasil da necessidade imperiosa do Legislativo. É o Legislativo, sobretudo, que ajuda o Poder Executivo a realizar as obras em benefício do povo. Sem esse Poder, evidentemente,

nada seria concretizado com a vontade do povo, porque esse é o mais diretamente ligado ao povo brasileiro.

Por tudo isso, tenho certeza de que estamos elevando a cada instante o nome do Legislativo brasileiro, Câmara e Senado, e que vamos percorrer esse nosso caminho com igual vontade, mesmo num ano eleitoral, que é um ano difícil, fazendo o nosso trabalho e merecendo a gratidão do povo brasileiro.

Cumprindo assim a finalidade desta sessão, declaro-a encerrada, lembrando aos srs. senadores que a próxima sessão do Senado será realizada no próximo dia 2 de março, com a pauta já divulgada.

ACM: "Estamos elevando o nome do Legislativo"



Em sessão solene do Congresso Nacional realizada a partir das 15h de ontem, o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, instalou os trabalhos da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 50ª Legislatura, quando recebeu mensagem presidencial das mãos do chefe da Casa Civil da Presidência da República, Clóvis Carvalho.

Além de Antonio Carlos e Clóvis Carvalho, a Mesa do Congresso foi composta também pelo presidente da Câmara dos Deputados, Michel Temer (PMDB-SP), e pelo terceiro-secretário, deputado Paulo Paim (PT-RS).

Após declarar instalada a sessão, o presidente do Senado convidou todos os presentes a acompanharem a execução do *Hino Nacional* pela banda do Regimento de Cavalaria de Guarda, os Dragões da Independência.

Paulo Paim fez a leitura do resumo da mensagem do presidente da República, e Antonio Carlos manifestou seu orgulho pelo reconhecido êxito do Legislativo na convocação extraordinária, de 6 de janeiro a 13 de fevereiro.

Na abertura solene da sessão legislativa, o presidente do Senado e do Congresso disse que ele

e o presidente da Câmara puderam demonstrar, com o saldo positivo dos trabalhos de senadores e deputados na convocação extraordinária encerrada no último dia 13, "a capacidade do político brasileiro nas horas em que o país precisa de sua atuação".

- Estou orgulhoso do Congresso Nacional. Demos uma demonstração da necessidade imperiosa do Legislativo, que ajuda o Executivo a realizar as obras de interesse do povo - afirmou.

Para Antonio Carlos, o Congresso foi inequívoco em relação às reformas constitucionais propostas pelo Executivo desde 1995, tanto que a própria mensagem presidencial traduz o reconhecimento de Fernando Henrique Cardoso ao trabalho desenvolvido pelas duas Casas legislativas.

Aos parlamentares presentes à sessão que disputarão novos mandatos nas próximas eleições, o presidente do Senado salientou a importância de eles poderem atuar em seus estados "com a cabeça erguida", orgulhosos pelo dever cumprido e por estarem "elevando a cada instante o nome do Legislativo brasileiro".

FHC reconhece realizações do Congresso

Na mensagem enviada por ocasião da abertura da quarta e última sessão legislativa ordinária desta legislatura, o presidente Fernando Henrique Cardoso registra "o formidável saldo de realizações acumulado pelo Congresso nos últimos três anos". O presidente da República afirma que nenhuma legislatura, exceto as constituintes, terá produzido tanto, "em termos da amplitude e importância das modificações introduzidas no ordenamento jurídico do país".

Fernando Henrique diz que, no campo econômico, a legislação aprovada pelos parlamentares abre caminho para uma ampla reestruturação, cujos resultados já começam a se tornar visíveis e que irão se desdobrar ao longo da próxima década, "marcando um novo e promissor ciclo de desenvolvimento do país". A mensagem assinala que "afortunado é o país que conta com legisladores sintonizados com as aspirações de seu povo e capazes de responder com rapidez e propriedade aos desafios do mundo em transformação".

Na opinião do presidente, nesses três anos, o Brasil virou uma página de sua história econômica - marcada pelos monopólios estatais e restrições aos investimentos estrangeiros - com a aprovação das emendas sobre petróleo, telecomunicações, distribuição de gás, navegação de cabotagem, mineração e resseguros. E uma nova página começou a ser escrita a partir das leis sobre concessão de serviços públicos; produção independente de energia elétrica; televisão a cabo; transferência da exploração de rodovias e portos federais; telecomunicações; produção mineral; política nacional de recursos hídricos; e criação das agências reguladoras dos setores de energia elétrica, petróleo e telecomunicações.

Enumerando as realizações do Congresso nesse período, ele disse que a necessidade de compatibilizar a legislação



Michel Temer e Antonio Carlos Magalhães receberam mensagem entregue pelo ministro Clóvis Carvalho

brasileira com as normas internacionais de proteção da propriedade intelectual teve resposta do Legislativo na aprovação das leis de patentes e cultivares, além dos projetos de

bém reconheceu que a busca de novas fontes de financiamento do crescimento econômico resultou nas leis de criação do Fundo de Aposentadoria Programada Individual e no Sistema Financeiro Imobiliário.

Ele também mencionou a solidariedade do Legislativo nos esforços para redução do déficit público, por meio das emendas constitucionais sobre o Fundo de Estabilização Fiscal e a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira, além das regras para o refinanciamento das dívidas dos estados. Lembrou ainda que a rápida aprovação das medidas econômicas adotadas

pelos Executivos em novembro último foi crucial para defender a moeda brasileira da turbulência resultante da crise das bolsas asiáticas.

Fernando Henrique informa que recebe críticas pela "ênfase excessivamente congressional do seu governo" e afirma que a oposição se arvora em defensora exclusiva da independência do Legislativo, como se o apoio consistente da maioria às propostas do governo fosse uma mácula. Em sua opinião, "se hoje existe uma convergência sem precedentes de forças na política é antes de tudo porque existe convergência na sociedade brasileira". Ele afirma que "o Brasil sabe o que quer e tem uma democracia capaz de traduzir esse querer coletivo".



FHC: "Legisladores sintonizados com o povo brasileiro"

lei de direitos autorais e de *software*, em fase adiantada de tramitação. O governo tam-

das dos estados. Lembrou ainda que a rápida aprovação das medidas econômicas adotadas

Maldaner denuncia cobrança ilegal de contribuição sindical rural

O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) afirmou, com base em informação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Palmitos, Santa Catarina, que, "por má fé ou má interpretação da lei", a Confederação Nacional da Agricultura (CNA) vem cobrando indevidamente contribuição sindical de pequenos agricultores daquele município. A irregularidade estaria no fato de que, segundo a diretoria do sindicato, esses lavradores não são filiados a qualquer entidade sindical ligada à CNA, informou.

Maldaner identifica, na legislação sobre contribuição sindical, a causa do problema, que permite interpretação controversa. O

antigo imposto sindical previsto na CLT, e mais tarde denominado contribuição sindical pelo Decreto-Lei nº 27, de 1966, que é compulsório, se constitui em uma distorção, na opinião do senador, "herança do atrelamento dos sindicatos ao Estado".

Exortou o Congresso a "enfrentar" a extinção da cobrança da contribuição compulsória. Sob o alerta do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Maldaner alertou para a necessidade de que se defina "de maneira realista" quem se enquadra como "trabalhador rural" e quem é "empresário ou empregador rural". Sugeriu a alteração do Decreto-Lei 1.161/66, estabelecendo que pro-

prietários rurais de áreas de até três módulos, e sem empregados, sejam enquadrados como trabalhadores rurais. A legislação vigente estabelece que aquele que explora mais de um módulo se caracteriza como empresário/empregador. Maldaner propôs três módulos, sem empregados, para que o agricultor seja enquadrado como trabalhador rural.

É impossível aos pequenos agricultores continuarem sendo obrigados a "servir a dois senhores". Ainda mais porque um desses senhores não tem esses lavradores como parte de seu projeto político; ao contrário, atuando muitas vezes do lado oposto afirmou.

PROGRAMAÇÃO

TV SENADO

7h - Entrevista com o senador José Saad (PMDB-GO) sobre o crescimento do Entorno de Brasília e suas consequências para o desenvolvimento da região

8h - Debate com o senador Sebastião Rocha (PDT-AP) e a deputada federal Telma de Souza (PT-SP) sobre o projeto de lei que institui a Semana Nacional de Prevenção ao Câncer de Próstata

9h30 - Entrevista com o senador José Saad (PMDB-GO) sobre o crescimento do Entorno de Brasília e suas consequências para o desenvolvimento da região

10h - "História da Humanidade" - documentário sobre a origem do homem

11h - "Ouro Negro" - documentário sobre a história do petróleo

12h15 - Entrevista com o senador José Saad (PMDB-GO) sobre o crescimento do Entorno de Brasília e suas consequências para o desenvolvimento da região

13h - Debate com o senador Sebastião Rocha (PDT-AP) e a deputada federal Telma de Souza (PT-SP) sobre o projeto de lei que institui a Semana Nacional de Prevenção ao Câncer de Próstata

14h30 - "Fórum de Debates - Contrato com o Brasil" - promovido pela Adesg, que vai discutir representação política

18h45 - Entrevista com o senador José Saad (PMDB-GO) sobre o crescimento do Entorno de Brasília e suas consequências para o desenvolvimento da região

19h30 - Debate com o senador Sebastião Rocha (PDT-AP) e a deputada federal Telma de Souza (PT-SP) sobre o projeto de lei que institui a Semana Nacional de Prevenção ao Câncer de Próstata

20h30 - Telejornal "Congresso Hoje"

20h40 - "Senado em Pauta"

21h - Sessão plenária (reapresentação)

0h30 - Telejornal "Congresso Hoje"

0h40 - "Senado em Pauta"

1h - Debate com o senador Sebastião Rocha (PDT-AP) e a deputada federal Telma de Souza (PT-SP) sobre o projeto de lei que institui a Semana Nacional de Prevenção ao Câncer de Próstata

RÁDIO SENADO

0h - Música e informação

19h - "A Voz do Brasil"

20h - Música e informação



Nas visitas, estudantes conhecem um pouco mais da nossa história

Tour legislativo atrai mais de 46 mil pessoas ao ano

Mais de 46 mil pessoas visitaram o Senado Federal, no ano passado, por meio do programa de turismo implantado pela Coordenação de Relações Públicas do Senado. Em 1998 as visitas voltaram em ritmo acelerado. Só em janeiro, das 3.643 pessoas que participaram do passeio, 1.573 conheceram a Casa durante os finais de semana, com o *tour* de final de semana. Segundo o diretor da Coordenação de Relações Públicas, Vinicius Becker Costa, o programa tem a finalidade de aproximar o Senado da sociedade, tornando-o mais acessível ao público.

Vinicius explica que a coordenação realizava um *tour* diário, de segunda a sexta-feira, mas para facilitar o acesso ao Senado foi implantado, em novembro de 96, o *tour* de final de semana. "A abertura das instituições para o público faz parte do turismo cívico. E nós temos obtido um resultado satisfatório: entre brasileiros e estrangeiros, recebemos uma média mensal de 4 mil visitantes e já chegamos a atender 500 pessoas por dia, num final de semana", afirmou.

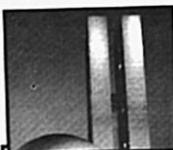
O passeio dura, em média, 45 minutos. Os grupos, com no máximo 80 pessoas por funcionário, saem do Salão Negro, passam pelo Plenário, Salão Azul (presidência), Audi-

tório Petrólio Portella, comissões, biblioteca, pelo Museu do Senado e por fim pelo Túnel do Tempo, onde o visitante pode apreciar a exposição permanente, com a história do Senado desde o Império até os dias atuais.

HISTÓRIA

Para a coordenadora do *tour* de final de semana, Simone Dourado, a galeria do Plenário é o local da Casa que mais desperta curiosidade nas pessoas. Neste local é realizada uma palestra sobre a função do Senado e dos senadores, sobre o bicameralismo, dentre outras coisas. Os profissionais que ministram a palestra receberam treinamento sobre a história institucional do Senado, e neste ano será promovido um novo curso de qualificação.

Qualquer pessoa pode participar do *tour* - crianças, idosos, adolescentes, não existe limite de idade. E, para isso, basta comparecer ao Salão Negro do Senado nos seguintes horários: das 10h às 14h, de hora em hora, nos finais de semana e feriados, e das 9h30 às 11h30 e das 14h30 às 16h30 durante a semana. E desde que agendado previamente, pelo telefone (061) 311-3343 ou pelo fax 311-1067, com pelo menos uma semana de antecedência, o *tour* pode ser realizado em três outras línguas: inglês, francês e alemão.



CONHEÇA O SENADO

1954-1960. Seis anos de história com Café Filho, JK e Nereu Ramos

O suicídio de Getúlio Vargas, em agosto de 1954, leva o vice-presidente Café Filho a assumir a Presidência da República. No mesmo ano, realizam-se eleições para o Senado e para a Câmara dos Deputados e o PSD mantém a preferência do eleitorado, seguido da UDN e do PTB.

Em outubro do ano seguinte, Juscelino Kubitschek e João Goulart vencem as eleições presidenciais. Parlamentares da UDN, entre eles o senador Fernandes Távora, questionam a legitimidade das eleições, mas não conseguem impugnar o pleito. No Senado, o senador Bernardes Filho desmente as denúncias de fraude generalizada. E o senador Auro de Moura Andrade, que tinha apoiado Juarez Távora, segundo colocado no pleito presidencial, surpreende defendendo a posse dos que foram "legitimamente eleitos". O pronunciamento parece confirmar os rumores de que havia um grupo político poderoso disposto a não dar posse a Juscelino Kubitschek.

Em novembro de 55, Café Filho licencia-se "por motivos de saúde", sendo subs-

tituído pelo presidente da Câmara dos Deputados, o udenista Carlos Luz. Mas o Congresso Nacional acaba declarando o impedimento do recém-empossado presidente, em razão de um suposto envolvimento com militares golpistas. Dias depois, o Parlamento aprecia também o impedimento de Café Filho. Os senadores da oposição fazem uma vigília no Senado, contra o impedimento, que acaba sendo aprovado depois de uma sessão noturna com 12 horas de duração. A vaga é ocupada, então, pelo senador Nereu Ramos, vice-presidente do Senado e imediatamente na linha de sucessão, de acordo com a Constituição de 1946.

Mesmo tendo sido dissidente do PSD no lançamento da candidatura de Juscelino Kubitschek, Nereu Ramos mantém a ordem constitucional e garante um clima de tranquilidade à posse do eleito. Para isso, ele submete ao Congresso a proposta de estabelecer o estado de sítio no país, iniciativa duramente criticada pela oposição. Mas após uma memorável sessão de 30

horas, o Senado acaba aprovando a instituição do estado de sítio, prorrogada até a posse do novo presidente.

No Senado, o senador baiano Juracy Magalhães, da UDN, chama o estado de sítio de "atentado às liberdades públicas". E quando JK assume a Presidência, o senador se destaca na oposição ao governo, tendo suas críticas rebatidas pelo líder da maioria, o senador mato-grossense Filinto Müller, do PSD. A controvérsia gera acirrados debates, dos quais participam outros senadores de expressão, como o dono dos Diários Associados, Assis Chateaubriand, do PSD do Maranhão.

Mas a aliança PSD-PTB garante a JK uma sólida maioria no Congresso, permitindo ao presidente cumprir quase integralmente seu plano de metas, que inclui a construção de uma nova capital no centro do país. A transferência havia sido proposta, em 1852, pelo senador Hollanda Cavalcanti, e também estava prevista na Constituição de 1891. Juscelino encampa a ideia e, já em 1956, envia ao Congresso o projeto de construção de Brasília, inaugurada em 21 de abril de 1960.



Nereu Ramos (E) assumiu a Presidência e garantiu a posse de Juscelino Kubitschek

Senador cobra maior empenho do governo no sentido de reduzir as taxas cobradas do setor produtivo. A política atual, avalia, pode inviabilizar iniciativas importantes como o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados, no Tocantins

Rocha: juros altos prejudicam investimentos

O senador João Rocha (PFL-TO), presidente da Comissão de Fiscalização e Controle, cobrou um maior empenho do governo Fernando Henrique Cardoso no sentido de reduzir as taxas de juros cobradas do setor produtivo no Brasil. Segundo o senador, os juros praticados no país podem inviabilizar iniciativas importantes como o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (Prodecer III), projeto agrícola desenvolvido pelo governo do Tocantins, no município de Pedro Afonso, com o apoio da Jica, agência japonesa de cooperação.

João Rocha lembrou que o projeto, no valor de R\$ 84 milhões, tem 60% financiados pelo Eximbank, do Japão, com juros de 2,5% ao ano,

enquanto o Banco do Brasil cobra, a título de *spread* (taxa de administração), 4% apenas para repassar os créditos para o projeto, sem correr qualquer risco e sem nada desembolsar.

Segundo o senador, o próprio vice-presidente da Jica, Makoto Kamewaka, demonstrou preocupação com o futuro do projeto durante audiência com o governador Siqueira Campos, em Palmas. Ele admitiu ter vindo ao Brasil fazer gestões junto ao governo brasileiro no sentido de reduzir as taxas de juros. Durante a audiência, de acordo com João Rocha, Siqueira Campos também assumiu o compromisso de aderir a essa cruzada, observando que os juros praticados no país são "uma coisa selvagem" e que a política eco-

nômica não atende aos interesses do Brasil.

O senador lembrou que o projeto é de extrema importância para a economia do Tocantins. É desenvolvido numa área de 40 mil hectares, metade dos quais é destinada à preservação ambiental, tendo produzido este ano 23 mil toneladas de soja para exportação, gerando milhares de empregos diretos e indiretos, além de transformar a região em nova fronteira agrícola.

Segundo o senador, a participação do governo do estado no projeto se limita ao apoio logístico e à implantação da infra-estrutura necessária para viabilizar o escoamento da produção, bem como a melhoria da qualidade de vida dos colonos. Para garantir sua implantação,

o governo do Tocantins entrou na negociação como avalista dos agricultores, por exigência do Banco do Brasil.

Durante o encontro com o executivo da Jica, o governador reiterou seu compromisso de lutar pelo sucesso do projeto. João Rocha explicou que recentemente o governo firmou convênio com a empresa Campo, responsável pela administração do projeto, no valor de R\$ 734 mil, para a construção de escolas, postos de saúde e outros equipamentos que servirão aos colonos e seus familiares. E o governo acaba de concluir o projeto da linha de transmissão de energia para o projeto, cuja obra está orçada em R\$ 4 milhões, e que contribuirá para melhorar a qualidade de vida dos agricultores.



João Rocha: preocupação

CARTAS

"Agradecemos a remessa regular desse prestigioso jornal, ao tempo em que destacamos a qualidade editorial, as produtivas entrevistas e a importância da divulgação das matérias."

Alcy Aguiar - Diretor do Sindicato dos Clubes do Estado do Rio de Janeiro (Rio de Janeiro-RJ)

"Parabenizo o *Jornal do Senado* pelo ritmo objetivo que impõe às matérias, facilitando a assimilação das informações. Aproveito para sugerir que, em cada número, seja incluída uma entrevista com um parlamentar ou grupo de parlamentares sobre assunto de importância nacional."

Nilson Dalledone (Votuporanga-SP)

"Lendo as cartas enviadas ao *Jornal do Senado* percebe-se o quanto ele é importante para as pessoas que querem participar da vida política do Brasil. Através desse veículo de informação, ficamos cientes das matérias que contribuirão para a grandeza do país e que são votadas nessa Casa de leis."

Gilmar Alves Fernandes (Francisco Morato-SP)

Resposta do editor: os pedidos dos leitores serão atendidos

Odacir sugere nova política ambiental para conter o desflorestamento da Amazônia

Preocupado com o relatório sobre desflorestamento da Amazônia Legal, divulgado recentemente pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), o senador Odacir Soares (PTB-RO) afirmou que o governo deve adotar uma nova política de crédito rural na Amazônia e mudar os critérios para assentamentos.

Alertou para o fato de que projetos pecuários com incentivos fiscais e financeiros, atividades madeireiras e o programa de carvoejamento da área do Projeto Grande Carajás são responsáveis pela maior parte dos desmatamentos, que, nos três anos do governo Fernando Henrique, atingiu 11% de toda a devastação da história da região.

Além disso, advertiu Odacir Soares, um dado novo desse relatório é que grande parte do desflorestamento ocorre nas propriedades rurais situadas em áreas de assentamento do programa de reforma agrária. Sempre citando dados levantados pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Natu-

rais Renováveis (Ibama), o senador apontou que até 97 a área ocupada por assentamentos do Incra na região era de mais de 25,5 mil hectares, o correspondente a 88,15% da área total dos assentamentos no país.



Odacir: mudar critério para assentamento

Um fator considerado por Odacir como "indicador muito forte para sinalizar as áreas desmatadas" na Amazônia é a estatística que indica o efetivo do rebanho bovino na re-

gião, que evoluiu de 1.706.177 cabeças, em 1970, para 5.385.578 unidades em 1986, e atingiu, em 1995, 24.100.000 animais.

- Tomando-se uma relação da capacidade de suporte na Amazônia, para as pastagens, de uma cabeça/hectare, se poderia concluir, grosseiramente, que o região teria uma área implantada em pastagens da ordem de 24 milhões de hectares - analisou, lembrando que "todo esse crescimento foi feito com o apoio do Fundo de Investimento da Amazônia (Finam)".

A exploração de madeira dura (em toras) é, segundo o senador, "o vilão dos desmatamentos". Segundo o Ibama, 90% da madeira consumida em todo o país saem da Amazônia, informou Odacir Soares, que vê na presença crescente das madeiras asiáticas uma ameaça ainda maior. A presença estrangeira de empresas exploradoras de madeira na região vem sendo constatada desde 1990.

O senador citou empresas de origem americana, europeia e asiática que somam mais de 1 milhão de hectares no estado do Amazonas.

- O Inpe e o Ibama apontaram como principal causa do desmatamento da Amazônia a conversão da floresta em áreas ocupadas por pastagens e lavouras temporárias - relatou Odacir, que responsabilizou também o programa Brasil em Ação pelo avanço da fronteira agrícola e da pecuária na região amazônica. O programa reúne 42 projetos prioritários do governo e deve ser o carro-chefe da campanha da reeleição do presidente Fernando Henrique Cardoso - observou o senador.

Odacir elogiou o trabalho do Inpe, que faz do Brasil o único país a realizar um monitoramento desse porte da floresta tropical, com a finalidade de orientar a ação do governo. E pediu o fortalecimento do Ibama, para que tenha condições de atender às necessidades de fiscalização, que deveriam crescer ainda mais com a aprovação da nova Lei do Meio Ambiente.

Projeto do senador se baseia na tese de que não adiantam leis rigorosas sem um trabalho de educação intenso, que deve incluir o novo Código de Trânsito Brasileiro entre as matérias do primeiro grau

Bezerra quer trânsito no currículo escolar

Alunos das redes pública e particular de todo o Brasil aprenderão as novas regras de trânsito na escola, caso seja aprovado o projeto apresentado pelo senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) que acrescenta aos currículos de primeiro grau o estudo sobre as normas contidas no Código de Trânsito Brasileiro.

O senador pretende, com essa iniciativa, uma mudança radical no comportamento social da população, em relação ao trânsito.

- Para isso, nada melhor e de menor custo que a introdução nos currículos escolares do estudo da legislação vigente, a partir do

próprio Código de Trânsito - considerou.

Carlos Bezerra considera que, em determinadas situações, a norma legal precisa ser divulgada ao máximo. "Antes de o Estado exercer uma forma de coerção para que o cidadão não cometa atitudes consideradas ilegais, as leis devem ser entendidas como parâmetros para o próprio comportamento da sociedade", analisa.

O senador disse também que pesquisas demonstram que mais de 90% dos acidentes de trânsito poderiam ser evitados se houvesse fiel observância das normas prescritas nas leis e nos regulamentos que normatizam

o tráfego de automóveis, caminhões, ônibus, bicicletas, pedestres e animais.

Carlos Bezerra acredita que a educação para o trânsito não será alcançada com a simples vigência de uma lei feita em sanções duras para a conduta delituosa:

- O trabalho de conscientização de motoristas e pedestres é tarefa que se afigura permanente. Mas não é só. Faz-se necessário e urgente que busquemos na educação das gerações futuras uma mudança radical no comportamento social do nosso povo - concluiu.



Bezerra: apenas o rigor da lei não basta para educar a população

Ademir defende maior fiscalização sobre verba federal

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) apresentou projeto de lei determinando que as assembleias legislativas e a Câmara Legislativa do Distrito Federal sejam obrigatoriamente notificadas da liberação de recursos federais para os respectivos estados ou para o Distrito Federal.

Pela proposição, o governo do Distrito Federal ou do estado beneficiário desses recursos notificará tal liberação aos partidos políticos, às federações e sindicatos de trabalhadores no prazo de dois dias úteis, contado da data do recebimento dos recursos. Conforme o senador, as câmaras municipais já são informadas dos repasses federais por meio da Lei nº 9.452/97.

Na justificativa, Ademir Andrade afirma que o projeto visa facilitar a fiscalização da apli-

cação de recursos transferidos da União para os estados, de modo a conferir a seus órgãos legislativos "meios capazes de garantir a fiel observância dos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade que devem nortear a administração pública".

- Além das transferências dos fundos de participação, existem as chamadas transferências voluntárias da União, feitas mediante convênios, acordos ou ajustes. Frequentemente, as assembleias estaduais, a Câmara Legislativa do Distrito Federal e as populações diretamente interessadas nem tomam conhecimento dos repasses, ficando a aplicação dos recursos sujeita ao livre arbítrio do governador - justificou Ademir.

Campos sugere câmara em caixa eletrônico para segurança de correntista

O senador Júlio Campos (PFL-MT) apresentou projeto que torna obrigatória a utilização de câmara interna para registro em vídeo do movimento nas caixas eletrônicas que funcionam fora do horário de expediente bancário. O senador espera que o dispositivo reverta o atual quadro, que é de expansão dos assaltos a clientes que usam esse sistema para saques.

A obrigatoriedade, na hipótese de aprovação do projeto, vai se aplicar, tanto às máqui-

nas instaladas nas próprias agências bancárias como às localizadas fora delas. Caberá ao Banco Central acompanhar o cumprimento da exigência e será de R\$ 1.000,00 por dia a multa sobre cada máquina instalada em situação irregular (sem a câmara de vídeo).

Campos lamenta que algumas instituições bancárias não estão realmente preocupadas em garantir maior segurança aos seus clientes usuários das caixas eletrônicas. Ele acredita que a ne-

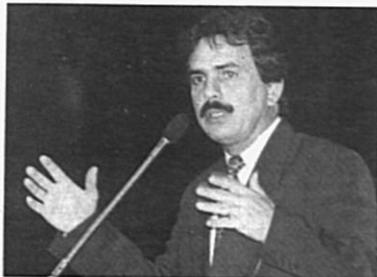
gligência desses bancos se deve ao fato de que o prejuízo, quando ocorre o roubo, recai sobre o cliente e não sobre a instituição financeira.

Além da multa, o não atendimento da exigência sujeitará os responsáveis às sanções cíveis e administrativas cabíveis, bem como ao ressarcimento do valor, em dinheiro, do prejuízo que o cliente da instituição financeira venha a ter como resultado da ação criminosa.

De acordo com o senador, a sociedade tem acompanhado o aumento significativo de assaltos a mão armada às pessoas que acabam de sacar dinheiro nessas caixas. Júlio Campos considera que esses atos se constituem em "verdadeiros seqüestros de resgate imediato" e que a aprovação do seu projeto poderá reduzir o sucesso dessa modalidade de crime.



Campos: alguns bancos não estão preocupados com seus clientes



Ademir: assembleias devem ser notificadas